

Apresentação

Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre e que é propícia à violência. Basta prestar atenção em um certo tipo de pessoa inculta como até mesmo a sua linguagem – principalmente quando algo é criticado ou exigido – se torna ameaçadora, como se os gestos da fala fossem de uma violência corporal quase incontrolada.

Theodor Adorno

A ideia inicial para o presente dossiê era analisar a vinculação de diferentes projetos de educação do corpo com a cultura da caserna em alguns países ibero-americanos. Nosso *leitmotiv* era a “comemoração”, no Brasil, no ano de 2008, dos 30 anos da instituição do Ato Institucional n.º 5 e da chamada Reforma Universitária – Lei 5540/68. Certamente os dois atos, documentos históricos por excelência, são extremamente representativos do que foi a ditadura militar brasileira no que se refere à sua intenção de agir direta e autoritariamente sobre a cultura. No primeiro, aprofundando a instituição da censura e da repressão de todas as formas de expressão; no segundo, reformando a dinâmica com a qual a universidade brasileira se organizava e intervindo de maneira autoritária na vida universitária. O dois atos, pelo que significaram para a cultura nacional a partir daqueles anos finais da década de 1960, já seriam suficientes para justificar a organização de um dossiê dedicado ao tema da educação, em geral, e da educação do corpo, especificamente.

Entretanto, durante um encontro de pesquisa realizado em La Plata, Argentina, conversávamos em uma roda de pesquisadores sobre os possíveis pontos de contato da experiência brasileira com os demais países da América Latina. Mas indagávamos que continuidades haveria nas experiências latino-americanas em relação à matrizes coloniais de Espanha e Portugal. Reconhecendo a larga tradição que marca a interferência militar na América Latina e na Península Ibérica, bem como os enormes investimentos feitos por essa tradição sobre o corpo, o qual mereceria uma atenção especial, optamos por recortar aquela proposta de publicação pelo relacionamento da intervenção militar na vida societária com as propostas, práticas, saberes mobilizados para efetivar um processo frequentemente autoritário de educação do corpo.

No entanto, a partir do aceite dos colegas convidados a produzir este trabalho, e da sua mobilização para a confecção das suas contribuições, fomos observando que a educação do corpo se materializava, nos diferentes contextos aqui analisados, também com o consórcio da tradição militar, mas, à vezes, apesar dela. Como uma dimensão a mais da sociedade, o militarismo com frequência forjou formas muito próprias de organização da cultura. Entrementes, em outras ocasiões não fazia mais que assumir e fomentar códigos produzidos em outras dimensões societárias. Apesar de sabermos que muitas das disciplinas escolares, entre aquelas que conhecemos atualmente, tiveram um grande desenvolvimento em função de preocupações de caráter militar, fosse ou não na definição de determinado caráter nacional – lembremos da Matemática, do Canto, da Geografia, da História e, aquela que de forma mais aparente parece se relacionar com a caserna, a Educação Física –, acabamos por assumir que não é possível uma leitura monolítica das relações entre saberes escolares e militarismo, mesmo para o caso das práticas corporais, a despeito da grande quantidade de produções acadêmicas que vinculam quase de forma causal uma e outra, não só no Brasil.

Deve-se observar que, em contraposição a um modelo oriundo da caserna e com base na rigidez, na correção, na disciplina, na métrica quase perfeita, o qual marcaria a educação dos corpos até o final do séc. XIX, surge um conjunto de proposições que tentaria contrapor a ênfase militar que acompanhava a escola até aquele período, ainda que mesmo antes já houvesse grandes disputas em torno da “melhor forma de educar os corpos”, como bem mostra Georges Vigarello. Mesmo o chamado movimento pela Escola Nova, nas suas mais diversas feições internacionais, e que tem seu nascedouro nas últimas décadas do séc. XIX, e advogava uma “volta à natureza” e uma “educação para a sensibilidade”, contribuiu para questionar a prevalência dos modelos militares na escolarização, os quais tinham a educação do corpo como um ponto de ancoragem.

Assim, de modo a não induzir a uma leitura muito parcial dos problemas que relacionam educação do corpo e tradição militar, mesmo em países com presença marcante das forças armadas no poder, optamos por ampliar o ângulo das nossas observações. Mantivemos o foco na educação do corpo, mas deixando mais difusa a sua relação com a tradição militar, conforme demandava a classe de preocupações e as fontes mobilizadas por cada um dos autores aqui presentes. A título de exemplo, temos o texto de abertura do dossiê, de autoria do professor Pedro Luis Moreno Martinez, da Universidad de Murcia, na Espanha. O autor analisa justamente a institucionalização de uma atividade – as colônias escolares – que rivalizaria com os batalhões escolares,

por exemplo, nas formas de educar a infância. Ou seja, nos leva a refletir, ainda que não seja o seu objetivo expresso, sobre as formas de resistência aos modelos militares ou militarizantes, por parte de um não desprezível conjunto de educadores. No caso brasileiro, ao contrário, observamos pelo texto de Meily Assbú Linhales como a forte presença das forças armadas no âmbito de uma entidade da sociedade civil – a Associação Brasileira de Educação – significaria o fortalecimento de condições para o engendramento de uma determinada maneira de organizar a disciplina *Educação Física* na escola brasileira. Os dois casos permitem pontos de contato com as formas militares de pensar a educação, mas não são, *strictu sensu*, expressões próprias de um pensamento militar ou algo assim. Caberá ao leitor avaliar o acerto da nossa mudança de perspectiva.

O trabalho articula textos de autores brasileiros, argentinos, colombianos, espanhóis, e uruguaios, sempre analisando historicamente a produção de formas de educar os corpos em diferentes países. No seu esforço são mobilizados suportes documentais e bases historiográficas distintas em interseção, algumas vezes, com outras disciplinas. A unidade do dossiê se pretende que esteja garantida pela temática proposta: *formas* de educação do corpo ao longo da história. A pluralidade de abordagens e as diversas possibilidades de manipular o material empírico são constitutivos, também, do esforço de compreender as diversas maneiras de produção acadêmica em nossos países. Sem esquecer a análise de cada contingência que a história reclama.

Nesse ponto nos anima tentar compreender em que medida se articulam experiências particulares com uma tendência histórica imperativa ao longo do séc. XX, expressa nas formas militares, autoritárias ou totalitárias, de fazer e viver a política e, por extensão, produzir e organizar a cultura. Contextos singulares seriam expressão de tendências históricas regressivas? Algum liame permite relações entre a trágica experiência da Guerra Civil espanhola e do franquismo, e as não menos trágicas ditaduras latino-americanas? Em países com forte acento autoritário, que não ficam à vontade para “escovar a contra pelo” a sua própria história, é difícil nos acercarmos da experiência mesma daqueles que sofreram de forma mais direta os efeitos nefastos da militarização social. Mas é possível operar com interpretações do que se pensou sobre o corpo e suas manifestações. E mesmo a mais fria norma legal nos diz muito sobre a existência e a permanência do autoritarismo entre nós, sobretudo quando sabemos que o poder militar sempre está sustentado por largas bases civis, seja de grupos políticos conservadores ou de populações alheias aos jogos de poder.

Não pretendemos abarcar o conjunto dos países ibero-americanos, o que seria impossível em um âmbito tão modesto. Também não foi aleatória a escolha dos autores e trabalhos aqui contemplados. Antes, a sua escolha se inscreve nos esforços do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, de fortalecer perspectivas interinstitucionais de pesquisa, também com instituições estrangeiras, como a que temos desenvolvido com congêneres latino-americanas. Logo, de diferentes maneiras os autores que aqui comparecem têm desenvolvido diferentes formas de trabalho com esse setor estando, de alguma maneira, envolvidos em nossos projetos de produção cultural. Além dos países aqui contemplados, completaria o nosso quadro a participação de um colega português. A ideia era ter uma visão mais abrangente dos diferentes percursos históricos da nossa problemática no âmbito da Península Ibérica. Mas os contratempos aos quais estamos todos sujeitos impediram a presença de uma interpretação sobre e a partir de Portugal na nossa proposta, o que lamentamos.

Escrevendo sobre as relações entre Brasil e Argentina no plano acadêmico-cultural, Hugo Lovisoló, chama a atenção para a nossa condição de “vizinhos distantes”, título do seu livro. Parece-nos que essa não é uma prerrogativa das relações do Brasil com a Argentina, ainda que os dois países dividam larga faixa de fronteira, mas do próprio lugar do Brasil na América Latina. Também não é um fenômeno recente, como mostra José Murilo de Carvalho. Por uma série de injunções históricas, políticas, culturais e econômicas, o Brasil parece não integrar-se como um coirmão na comunidade latino-americana; ou, inversamente, essa parece não incluir o Brasil, já que não se trata de achar culpados por este fenômeno, mas de indagá-lo historicamente na tentativa de superá-lo. A barreira linguística, usada como argumento por muito tempo para as dificuldades de integração, parece não subsistir a uma análise mais acurada. Primeiro, porque na América Latina não se fala somente espanhol ou português, mas um conjunto nada desprezível de outras línguas que não significaram, necessariamente, isolamento regional. Depois, porque a experiência da Espanha, em particular – e podemos ainda falar de Portugal se lembramos da Galícia – mostra como a diversidade linguística pode tanto produzir problemas como significar um maior dinamismo cultural. Por último, porque a integração europeia tem mostrado que as formas de integração passam pela política e pela economia, mas também, e, sobretudo, pela cultura. Não por acaso, a Escola de Altos Estudos da Capes recentemente organizou um seminário justamente para avaliar a imagem do Brasil diante dos demais países latino-americanos.

Longe de defender que o Brasil deva ser protagonista de uma integração

no plano da América Latina, postura perigosa pela ambiguidade que reserva, diante das tendências pantagruélicas que a política e a economia costumam manifestar, entendemos que é possível e necessário um esforço de aproximação com os demais países da região. Da mesma maneira, é preciso refinar as possibilidades de intercâmbio com Portugal e Espanha, como tem sido feito já por diferentes entidades, de modo a refletir sobre as possibilidades de povos que, afinal, têm inúmeros laços históricos comuns, a começar pelo seu caráter periférico no concerto das nações, o que nos aproxima bastante dos dois países peninsulares, ainda longe da Europa “civilizada”, que para alguns parece ser o eldorado a perseguir. Por fim, e um motivo a mais para pensarmos em “escovar a contrapelo” a ibero-américa, começamos a comemorar o bicentenário da independência da América Latina, processo também plural que está apenas formalmente completo dada a dependência estrutural que a região ainda mantém em relação à Europa e aos Estados Unidos.

Por tudo isso, entendemos que são muitas as frentes de ação que poderiam vir a contribuir para uma maior integração entre os países da tradição ibero-americana. No que nos cabe e é possível, cremos que o estabelecimento de fóruns permanentes de discussão sobre diferentes facetas da nossa história pode representar um substrato fecundo para intentos mais ambiciosos de integração. Não é mais que esse o nosso propósito. Dar visibilidade ao desenvolvimento histórico de certas práticas educativas em nossos países, de modo a tentar vislumbrar o que nos aproxima ou nos distancia na consecução de um dos principais legados da modernidade tardia, a educação das massas, seja por via da escolarização ou não. No nosso caso, ainda, tendo como foco privilegiado a educação do corpo na suas mais diferentes dimensões. Cabe lembrar que o currículo, esse artefato tão em voga hoje, se desenvolveu com pretensões universalistas. Ou seja, o modelo escolar que se espalhou pelo mundo, e não se pode dizer que apenas ocidental, pretende e pretendeu (con) formar uma sensibilidade universal, de forte acento eurocêntrico. Não é demais tentar compreender como isso se expressou em uma parte do mundo periférico, ao longo do século XX.

Assim, partindo dos anos finais do séc. XIX e percorrendo a primeira década do séc. XX, Pedro Luiz Moreno Martinez, da Universidad de Murcia, analisa as bases pedagógicas, higienistas e sociais que propiciaram a emergência das colônias escolares ou de férias, assim como sua introdução, difusão e alcance no contexto internacional, com especial referência ao caso espanhol, desde o seu surgimento na Suíça em 1876 e posterior incorporação na Espanha, a partir de 1887, até a Guerra Civil espanhola (1936-1939). Recorrendo a um amplo aparato documental o autor mostra

como, na concepção de alguns eminentes intelectuais espanhóis, as colônias cumpririam um papel complementar à educação escolar.

Já, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, da Universidade Federal do Paraná, e Sérgio Roberto Chaves Junior, das Faculdades Guairacá, procuram localizar em dois períodos distintos da história da educação no Brasil a retórica que afirma a redefinição do espaço como condição da melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas públicas. Partindo de uma perspectiva diacrônica, focam o olhar em duas expressões do conservadorismo político que teve a sua máxima realização nos períodos autoritários de 1930-1945 e 1964-1985. Esses períodos não foram monolíticos na sua forma e no seu conteúdo, mas têm como característica comum uma ênfase em governos militares que, em diferentes momentos, assumem a forma ditatorial. Os autores, recorrem às memórias de professores para indagar em quem medida a “modernização” propagada por distintos órgãos e autoridades de governo chegava ao cotidiano das escolas, no que se refere à disposição de um espaço adequado à práticas de atividades corporais consideradas fundamentais para os propósitos da escolarização.

Pablo Scharagrodsky, das universidades de Quilmes e La Plata, analisa, no caso argentino como, para construir corpos masculinos e viris em 1915 surgiram Exploradores de Don Bosco. Aquela experiência, composta de ginástica, marchas, passeios, excursões etc., reuniu meninos e jovens pobres com o fim de modelar seus corpos e suas almas construindo um universo moral e cinestésico específico. Assim, o artigo indaga como e porque o movimento dos Exploradores de Don Bosco produziu determinada representação de gênero, convertendo crianças e jovens em “verdadeiros” homens, no que o autor denomina uma “cruzada masculina”.

Meily Assbú Linhales, da Universidade Federal de Minas Gerais, procura explorar um debate em torno da escolarização da educação física que teve grande alento entre os anos 20 e 30 do séc. XX, no Brasil, a partir da análise dos arquivos da Associação Brasileira de Educação – ABE. Naquele debate, especialmente em sua Seção de Educação Física e Higiene, estavam em circulação diferentes representações sobre o sentido e a forma que deveria assumir a educação física na escola. Entre essas é possível localizar uma matriz militar que tinha a esportivização como elemento fundamental do que se compreendia como uma educação física brasileira. Assim, de modo mais específico “o texto analisa a construção de um ‘Projeto para a Educação Física Nacional’ levada a termo na primeira metade da década de 1930. Com orientações disciplinares diferentes, os educadores da ABE e os militares brasileiros tentaram elaborar um projeto unificador e se depararam com as

tensões e contradições daí advindas”.

William Moreno Gómez da Universidad de Antioquia, apresenta uma perspectiva da relação escola-corpo e subjetivação desde um ponto de vista da tradição militar, tendo a imagem como material analítico. Parte de uma apresentação da dimensão estética e seu possível uso na analítica da microcultura escolar, particularmente naquilo que se relaciona com as práticas pedagógicas de intervenção corporal no meio escolar, na primeira metade do século XX em Medellín, Colômbia. Introduce a idéia da escola como matriz social e a relação que essa tem com os paradigmas sociais que orientam os processos de formação e conformação corporal, sobretudo, os militares. Conclui com a defesa de uma perspectiva estética que, a juízo do autor, permite penetrar a lógica dos dispositivos de subjetivação corporal no marco escolar.

Ticiane Bombassaro e Alexandre Fernandez Vaz, da Universidade Federal de Santa Catarina, retomam o debate sobre a Educação Física na escola nos anos 30 e 40 do séc. XX. Sua contribuição, que parte dos discursos legitimadores e da base prescritiva da disciplina no estado de Santa Catarina, permite avançar em um terreno ainda timidamente explorado pelos historiadores da educação e da educação física no Brasil, aquele das relações entre histórias locais ou regionais, e processos mais amplos nacionais ou mesmo internacionais. Mobilizando documentação vária, os autores captam um momento de afirmação da educação física como elemento fundador de um Sistema Nacional de Educação, marca dos anos 1930, inquirindo aquilo que denominam três eixos que fundariam a prática da educação física nas escolas catarinenses: “as bases científicas das lições, o controle das emoções ou disciplina moral, o caráter lúdico pela prática de jogos”.

Raumar Rodriguez, da Universidad de la República, do Uruguai, também parte da exploração de imagens para indagar as particularidades da disciplina Educação Física durante a ditadura cívico-militar uruguaia (1973-1985). Naquele período, se atualizam as relações historicamente construídas entre a Educação Física e a tradição militar, assim como o intento de dar legitimidade ao regime de governo. A divulgação dos “sucessos” do regime implicava, entre outras coisas, no apelo aos grandes espetáculos de ginástica realizados em estádios esportivos, tanto quanto na participação massiva de estudantes em torneios esportivos. As imagens às quais recorre, postas em relação com alguns aspectos dos programas de ensino primário e médio, oferecem algumas pistas para estudar a relação entre o que se ensina em uma aula de Educação Física e os usos políticos desse ensino.

Agradecemos à editoria e ao Conselho Consultivo da *Educar em Revista*,

espaço dos mais qualificados do projeto acadêmico do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, pelo acolhimento da proposta do dossiê e pela viabilização da sua publicação.

Para finalizar, queremos agradecer também aos autores aqui presentes, que confiaram as suas reflexões aos nossos propósitos. Esperamos que este seja apenas mais um produto dos diferentes projetos que temos compartilhado nos últimos anos. Assim como esperamos que essas iniciativas possam, ainda que de maneira limitada, ajudar a fomentar o processo de integração dos nossos países. Se conseguirmos que esse esforço editorial possa provocar reflexão acadêmica e crítica sobre a situação de sobrevivência de certas regularidades autoritárias, militaristas ou não, sobretudo na América Latina, as quais entorpecem o desenvolvimento harmônico e digno dos povos latino-americanos, então teremos alcançado nosso principal objetivo.

Marcus Aurélio Taborda de Oliveira/organizador
novembro de 2008.